

O PAPEL DO PLANO AGACHE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PARANAENSE NO 1º CENTENÁRIO DE EMANCIPAÇÃO DO PARANÁ

EIXO TEMÁTICO 01: Trajetórias, Institucionalização e Circulação de ideias no Urbanismo

BAUMGARTNER, Carlos Eduardo

Estudante de graduação; Universidade Estadual de Maringá
ra130289@uem.br

GONÇALVES, Caroline Gomes

Mestra; Universidade Estadual de Maringá e Centro Universitário Ingá
carolineggon@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A formação histórica do Paraná foi marcada por disputas territoriais entre portugueses e espanhóis, pela violência da expansão bandeirante e pela luta por autonomia política que só se concretizou em meados do século XIX. Desde 1532, quando a expedição de Martim Afonso de Sousa chegou a São Vicente, a região esteve inserida nas tensões coloniais, com os bandeirantes paulistas, liderados por Antônio Raposo Tavares, atacando ocupações jesuíticas em Guaíra e contendo o avanço espanhol. O ciclo do ouro impulsionou a fundação de Paranaguá (1646) e de Curitiba (1693), mas a capitania de Paranaguá, criada em 1660, foi extinta em 1710 e incorporada a São Paulo (Pilotto, 1953). No século XIX, após décadas de mobilização separatista, a Província do Paraná foi criada em 1853, com Curitiba como capital. Nas décadas seguintes, participou da Guerra do Paraguai, do movimento abolicionista e da propaganda republicana, enfrentando também conflitos como a Revolução Federalista (Pilotto, 1953).

Apesar dessa trajetória comum, o Paraná se constituiu como um território heterogêneo. Conforme Neto (2012), sua ocupação gerou três diferentes “Paraná’s”: um primeiro, fruto da colonização portuguesa a partir do litoral e do ciclo do ouro, entre os séculos XVI e XVIII, que consolidou o chamado “Paraná velho”, nos primeiro e segundo planaltos, hoje região de Ponta Grossa-Paranaguá, um segundo Paraná, na primeira metade do século XX, impulsionado pela expansão

PENSAR FORA DO EIXO

cafeeira no norte, com a ferrovia vinda de São Paulo e a atuação de empresas colonizadoras privadas, como a Companhia de Terras Norte do Paraná, e um terceiro, na segunda metade do século XX, decorrente da migração de gaúchos e catarinenses para o oeste e sudoeste, impulsionada pelo ciclo da soja (Neto, 2012).

Diante desse cenário, a construção de uma identidade estadual e integração do território tornou-se uma necessidade política, especialmente no contexto do centenário de emancipação, em 1953. Nesse período, o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto adotou uma estratégia clara: promover a integração territorial por meio de infraestrutura e, simultaneamente, construir uma identidade paranaense através de obras públicas de caráter simbólico. De um lado, o Plano Rodoviário articulava economicamente o estado, conectando as regiões produtoras ao porto de Paranaguá, especialmente Apucarana, e reforçando a centralidade de Curitiba (Santos, 1953 *in* Paraná, 1953). De outro, as obras comemorativas do centenário buscavam materializar uma imagem de modernidade, progresso e unidade.

Nesse processo, o Plano Agache, elaborado em 1943, desempenhou papel fundamental. Embora não tenha sido executado integralmente, suas diretrizes foram apropriadas pelo governo estadual, especialmente no que se refere à centralidade urbana, à monumentalidade e à organização espacial da capital (Carmo, 2019). Assim, mais do que um plano urbano, o Plano Agache serviu como base conceitual para a construção de uma identidade política e territorial.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar o papel do Plano Agache na construção da identidade paranaense no contexto do centenário de emancipação, destacando como suas diretrizes foram apropriadas pelo governo estadual, especialmente na implantação do Centro Cívico e na afirmação de Curitiba como capital.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa em desenvolvimento caracteriza-se como qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram utilizados como base os estudos de Pilotto (1953), que apresenta a narrativa histórica oficial do Paraná no livro comemorativo 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná, e de Castro Neto (2012), que problematiza a fragmentação territorial do estado.

PENSAR FORA DO EIXO

No campo do urbanismo, foram analisadas as contribuições de Gonçalves (2001), que discute a arquitetura moderna no contexto do centenário, Carmo (2019), que aborda as permanências do Plano Agache, e Dudeque (2005), que oferece uma leitura crítica do planejamento urbano de Curitiba, destacando seu caráter simbólico e político.

A análise foi conduzida de forma interpretativa, buscando compreender como o planejamento urbano e as obras públicas foram utilizados como instrumentos de construção de identidade regional.

3 RESULTADOS

O contexto do centenário de emancipação do Paraná evidencia um conjunto articulado de ações voltadas tanto à integração do território quanto à construção de uma identidade estadual, no qual o planejamento urbano e as obras públicas assumem papel central. Nesse processo, diferentes estratégias são mobilizadas pelo Estado, envolvendo desde a infraestrutura viária até intervenções de caráter simbólico, que se materializam principalmente na capital.

Diante disso, o presente tópico analisa esses desdobramentos em diferentes momentos. Inicialmente, aborda-se o papel do planejamento territorial, com destaque para o Plano Rodoviário enquanto instrumento de integração. Em seguida, discute-se a apropriação das diretrizes do Plano Agache no governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, evidenciando sua influência na organização espacial de Curitiba. Na sequência, são analisadas as obras comemorativas do centenário, entendidas como elementos fundamentais na construção simbólica da identidade paranaense. Por fim, discute-se a consolidação de Curitiba como capital política e simbólica do estado, articulando as diferentes dimensões apresentadas.

3.1 Infraestrutura e integração territorial: o Plano Rodoviário

No contexto do centenário, a integração do território paranaense foi tratada como uma prioridade política. Nessa busca por integração, destaca-se o Plano Rodoviário elaborado pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER), inserido no Plano Quinquenal do Centenário da emancipação do Paraná (Santos, 1953). Tal iniciativa previa a implantação de uma rede de sete rodovias estruturadoras, articulando o litoral ao interior e conectando as principais áreas produtoras aos portos, além de promover ligações com estados vizinhos. Concebido inicialmente no governo de Moisés Lupion (1947-1951) e posteriormente revisado na gestão de Bento Munhoz da Rocha (1951-

1955), o plano adotava uma lógica radial, com eixo em Curitiba, buscando integrar economicamente o território e dinamizar o escoamento da produção agrícola, ainda predominante no estado.

Mais amplo, o Plano Quinquenal do Centenário reuniu investimentos em educação, saúde e infraestrutura rural, tendo as estradas como peça-chave para modernizar o estado ao longo de cinco anos, além de obras comemorativas ao centenário de emancipação (Santos, 1953).

3.2 Apropriação do Plano Agache no governo de Bento Munhoz da Rocha

Anterior ao centenário de emancipação em 10 anos, o Plano Agache, entregue em 1943 e elaborado pela empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda em associação com Alfred Agache, buscava lidar com problemas graves verificados em Curitiba na década de 1940, como enchentes, ruas sem organização e, principalmente, dar a Curitiba características de uma capital através de um planejamento amplo, definindo avenidas, zonas, espaços livres e medidas contra enchentes. As avenidas perimetrais e radiais melhorariam o trânsito e ligariam a cidade a outras regiões. O plano dividia a cidade em zonas, com o Centro Cívico como ponto central, um espaço de comando, beleza e eficiência, trazendo um senso de ordem e prestígio para a cidade (Gonçalves, 2001). De acordo com Carmo (2019), o Plano Agache estava diretamente alinhado aos interesses do Estado Novo, que se caracterizou por um governo ditatorial instaurado e comandado por Getúlio Vargas em 1937 até 1945, e trazia discursos higienistas além de controle e manutenção do regime ditatorial. O planejamento proposto estava diretamente ligado à política do Estado Novo: racionalização e modernização burocrática, infraestrutura, educação, fomento à industrialização e colonização (Carmo, 2019).

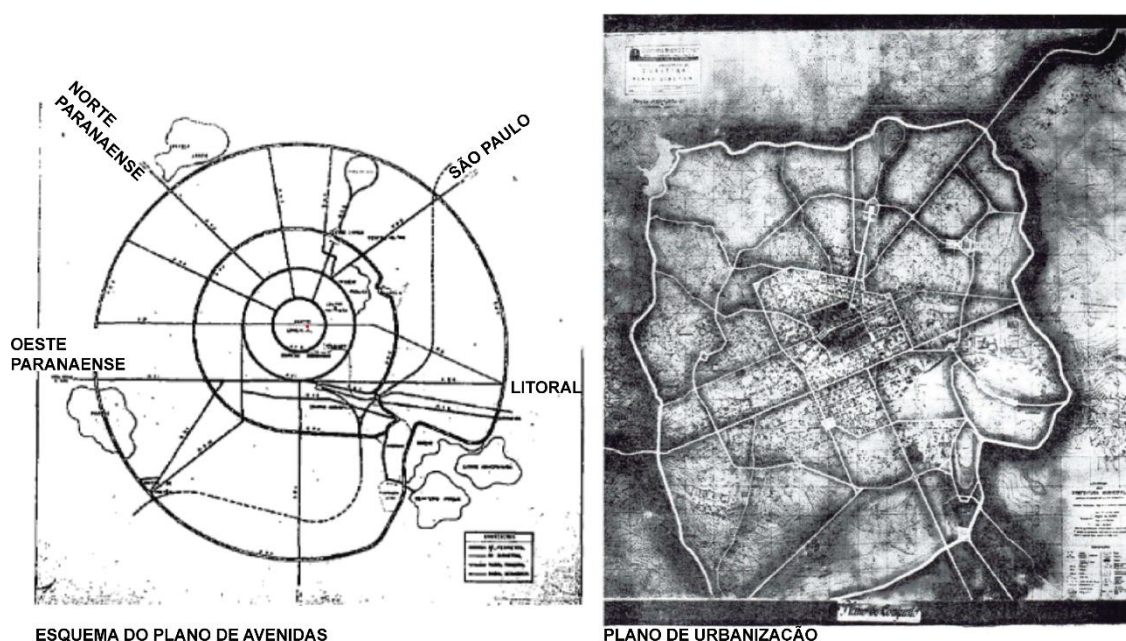
O Plano Agache foi abandonado pouco após ter sido entregue, e pouco do que foi proposto no plano efetivou-se. Apesar disso, muitas das ações urbanísticas desencadeadas desde o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto se orientaram nos princípios do Plano Agache (Santos, 1999 *apud* Carmo, 2019).

Algumas das principais características do Plano são as avenidas perimetrais e radiais e a implantação do Centro Cívico. Destas, a ideia das avenidas radiais sobreviveu a extinção do plano, assim como a implantação do Centro Cívico, que apesar de uma brusca alteração conceitual do conjunto arquitetônico, permaneceu no local previsto por Agache (Carmo, 2019). Na Figura 1, esquema do plano de avenidas e o plano do conjunto de Curitiba, é possível identificar a formação concêntrica proposta, e observando as avenidas radiais é possível concluir como essas avenidas

PENSAR FORA DO EIXO

se conectam com o restante do território, tanto com o oeste e norte paranaense, quanto com São Paulo e com a porção Sul do país. Apesar de o plano não trazer um planejamento regional, as avenidas radiais foram atribuídas à função de conectar a capital do estado com o restante do território. Além das avenidas radiais, percebe-se a localização central do local de implantação do Centro Cívico, que na concepção do plano exerceria a função, de acordo com Dudeque (2005), de simbolizar a autoridade central, o Estado. O Centro Cívico seria a “sala de visitas” de Curitiba, contribuindo mais com o ideal de controle do que com o desenvolvimento urbano efetivo.

Figura 1. Esquema e Plano de Urbanização de Curitiba – Plano Agache 1943



Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba (1943) *apud* Dudeque (2005), editado pelos autores, 2026.

No Plano Agache, o Centro Cívico foi projetado justamente para ser o ponto de convergência das principais avenidas radiais e perimetrais. Ele simbolizava o “coração” da cidade e do estado, onde o governo se colocava como centro da civilização. Edifícios de governo seriam os destaques, e a altura dos prédios diminuiria progressivamente conforme se afastassem do núcleo central, refletindo um zoneamento hierárquico. Assim, conforme Carmo (2019), o governo era literalmente colocado no centro físico e simbólico. A ideia era que o urbanismo servisse à ditadura. Dessa forma, o plano

PENSAR FORA DO EIXO

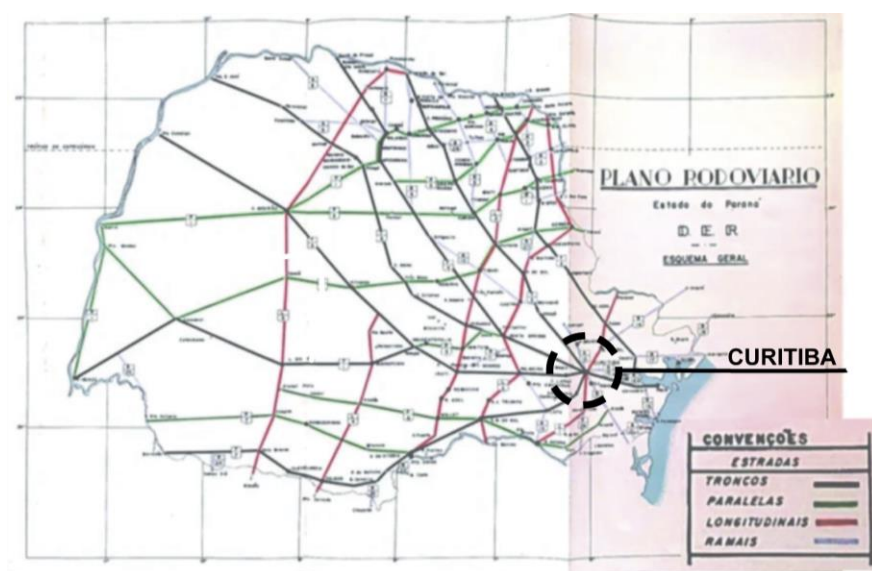
não era apenas urbano, mas um instrumento de propaganda, colocando o governo no centro da vida pública, glorificando-o como o ápice da ordem e do progresso (Carmo, 2019).

Apesar disso, após a queda do regime ditatorial do Estado Novo e a redemocratização, algumas das diretrizes do Plano Agache foram retomadas. Conforme Carmo (2019), no início da década de 1950, o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto apropriou-se de elementos centrais do plano, especialmente sua lógica de centralidade e monumentalidade. Não se tratava de executar o Plano em si, mas de utilizar suas ideias e conceitos como base para novas intervenções.

A adoção da lógica radial, por exemplo, dialoga diretamente com o Plano Rodoviário (ver Figura 2), no qual Curitiba se estabelece como centro articulador do território. Da mesma forma, a escolha do local para o Centro Cívico segue a proposta original de Agache, evidenciando a permanência de suas propostas.

Essa apropriação demonstra que o Plano Agache funcionou como referência conceitual, orientando a organização espacial da capital e contribuindo para a construção de uma imagem de modernidade e ordem.

Figura 2. Esquema geral do Plano Rodoviário de 1951.



Fonte: Paraná, 1951, editado pelos autores, 2026.

3.3 Obras comemorativas e construção simbólica da identidade

Paralelamente à infraestrutura, o governo investiu em obras comemorativas que tinham função claramente simbólica. O Centro Cívico, o Teatro Guaíra e a Biblioteca Pública do Paraná são exemplos de intervenções que buscavam materializar uma identidade estadual.

O Centro Cívico, em particular, constitui a principal expressão dessa estratégia. Implantado no local previsto por Agache, ele concentra os edifícios administrativos e organiza o espaço urbano a partir da centralidade do poder. Conforme Dudeque (2005), essa configuração reforça a presença do Estado no espaço. Além disso, a adoção da arquitetura moderna reforça a associação entre o Paraná e a ideia de progresso presente no período. Conforme Gonçalves (2001), o modernismo foi utilizado como linguagem oficial, conferindo às obras um caráter simbólico de inovação e desenvolvimento.

Entre as propostas do período, destaca-se ainda o projeto não executado de 26 estátuas representando os estados brasileiros, no qual o Paraná seria representado à frente, apontando para o oeste, simbolizando progresso e expansão territorial (Gonçalves, 2001). Mesmo não realizado, esse projeto evidencia a intenção de posicionar o estado com uma narrativa de avanço e integração com seu próprio território.

Dessa forma, as obras comemorativas não apenas qualificariam o espaço urbano, mas atuariam diretamente na construção de uma identidade coletiva, ainda que essa identidade fosse formulada a partir do Estado.

3.4 Curitiba como capital e a construção da unidade regional

A estratégia adotada no centenário, baseada na articulação entre infraestrutura e obras comemorativas, foi decisiva para consolidar Curitiba como centro político e simbólico do Paraná. De um lado, o Plano Rodoviário estruturava o território a partir de uma lógica radial, conectando as diferentes regiões do estado à capital e reforçando sua posição como eixo de integração econômica (Santos, 1953).

Nesse sentido, a influência do Plano Agache torna-se evidente. Ao propor uma cidade organizada a partir de um núcleo administrativo e simbólico, o plano já estabelecia uma lógica de centralização que foi retomada no governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, ainda que de forma adaptada (Carmo, 2019). A implantação do Centro Cívico no local previsto por Agache, associada à

organização viária e à concentração de equipamentos institucionais, reforça essa continuidade, demonstrando que o plano funcionou como base conceitual para a afirmação de Curitiba como capital.

Entretanto, essa integração foi conduzida a partir de uma lógica centralizadora. Ao concentrar investimentos e símbolos na capital, o Estado produziu uma imagem de unidade que não necessariamente correspondia à diversidade regional existente. O planejamento, ao privilegiar Curitiba, contribuiu para reforçar assimetrias internas ao Estado, mantendo, em certa medida, a fragmentação do Paraná (Dudeque, 2005).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de construção da identidade paranaense no contexto do centenário de emancipação política (1953) não foi um processo espontâneo, mas uma operação política deliberada, na qual o planejamento urbano e as obras públicas assumiram papel central. Diante de um território marcado por ocupações diferenciadas, como o “Paraná velho” dos planaltos, o norte cafeeiro e o oeste-sudoeste colonizado por migrantes, a unidade estadual constituiu-se como desafio e necessidade para a consolidação do poder estatal.

O governo de Bento Munhoz da Rocha Neto articulou uma estratégia dual: de um lado, promoveu a integração material do território por meio do Plano Rodoviário, estruturado em lógica radial com Curitiba como centro articulador; de outro, empreendeu obras de caráter simbólico, como o Centro Cívico, o Teatro Guaíra e a Biblioteca Pública, que buscou materializar no espaço urbano uma imagem de modernidade, ordem e progresso, de modo a forjar uma identidade única e um sentimento de pertencimento pelos paranaenses.

Embora o Plano Agache (1943) não tenha sido integralmente executado, suas diretrizes fundamentais foram apropriadas no governo do centenário, especialmente na adoção das avenidas radiais, alinhadas ao Plano Rodoviário, e na implantação do Centro Cívico no local originalmente previsto. Mais do que um instrumento normativo, o plano funcionou como referência conceitual que orientou as intervenções urbanísticas do período.

A análise crítica, contudo, revela as tensões desse processo. A construção da identidade estadual, embora exitosa na afirmação simbólica de Curitiba como capital, foi conduzida sob uma lógica

centralizadora que obscureceu as especificidades regionais. Ao concentrar investimentos na capital e em sua articulação radial, o governo reforçou assimetrias internas, instituindo uma narrativa de integração que subordinava as regiões norte e oeste à centralidade curitibana.

Assim, a construção da identidade paranaense no centenário evidencia como o planejamento urbano e as políticas de infraestrutura operaram como dispositivos de produção simbólica e legitimação política. O Plano Agache revela-se, nesse contexto, um elemento fundamental na articulação entre espaço, poder e identidade, cujas diretrizes, mesmo não integralmente realizadas, orientaram a configuração da capital e a projeção de uma determinada imagem de Estado.

REFERÊNCIAS

CARMO, J. C. B. do. Curitiba, do Plano Agache (1943) ao Plano Serete/ IPPUC (1965): permanências do planejamento, apropriação do discurso e a negação do passado. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 18, 2019. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/2018.2.Carmo>. Acesso em: 24 mar. 2026.

DUDEQUE, Irã José Taborda. **Nenhum dia sem uma linha**: continuidades urbanísticas em Curitiba, 1941-1993. 2005. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. doi:10.11606/T.16.2005.tde-27032025-120233. Acesso em: 2026-03-24.

GONÇALVES, Josilena Maria Zanello. **Arquitetura moderna no centenário de emancipação política do Paraná**: a construção de um marco de referência. 2001. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001. doi:10.11606/D.18.2001.tde-20251210-105300. Acesso em: 2026-03-16.

PARANÁ (Estado). Departamento de Estadual de Rodagem. **Plano Rodoviário de 1951**. Curitiba: DER, 1951.

PILOTTO, Osvaldo. Sinopse histórica do Paraná. In: PARANÁ, Governo do estado do. **1º Centenário de emancipação política do Paraná 1853-1953**. 1 edição. Curitiba: Editora Globo, 1953. p. 4-16.

SANTOS, José Nicolau dos. Núcleos imigratórios e sistemas coloniais no Paraná. In: PARANÁ, Governo do estado do. **1º Centenário de emancipação política do Paraná 1853-1953**. 1 edição. Curitiba: Editora Globo, 1953. p. 90-103.



19º SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO . MARINGÁ . 2026

PENSAR FORA DO EIXO